

AValiação Diferenciada para Estudantes Neurodivergentes: Um Desafio ou Uma Forma Inovadora de Inclusão

Leonam Auricchio da Silva ¹

Rosana Auricchio ²

RESUMO

Avaliar significa fazer um julgamento, ou seja, aplicar um juízo de valor. A avaliação, desde os primórdios, foi aplicada como classificatória, como discriminatória ou como seletiva. O termo avaliação da aprendizagem indicava que o estudante devolvia na prova aquilo que tinha decorado ou aquilo que o professor tinha reforçado em sala de aula. Alguns autores como Fernandes (2009), Freire (1996), Passarelli (2024), Santos Guerra (2007), trazem a concepção da avaliação como aprendizagem, ou seja, a favor da aprendizagem do estudante. Vem à tona, neste contexto, a situação do estudante neurodivergente e a formação do professor, que, durante a pesquisa realizada, confessou não ter o preparo necessário para elaborar uma avaliação que atenda ao estudante neurodivergente. Participaram desta pesquisa cinco professores de escola privada e cinco de escola pública que ministram aulas no Ensino Médio na cidade de São Paulo- SP. A fundamentação teórica referente à formação de professores se baseia em Alarcão (2009), Black (2018) e Luckesi (2011). Os objetivos desta pesquisa são: a) analisar as possibilidades de oferecer, orientações para a elaboração de provas, realmente, diferenciadas, de forma que atendam às necessidades de estudantes inclusivos, b) propor outros instrumentos avaliativos, que não seja a prova, mas que sejam eficazes no tocante ao aprendizado. A metodologia será de cunho qualitativo e a entrevista semiestruturada será o instrumento usado para produzir os dados dos participantes. Uma oficina será elaborada para vinte professores e ao término dessa oficina, as avaliações confeccionadas serão aplicadas em dez estudantes neurodivergentes de uma escola pública da zona leste da cidade de São Paulo-SP. A avaliação adaptada foi aplicada e os resultados foram cerca de 70% melhores do que os estudantes apresentavam nas avaliações anteriores. As questões foram respondidas com mais autonomia, demonstrando interesse e motivação. Os professores repensaram seu fazer pedagógico em relação a avaliação.

Palavras-chave: Avaliação diferenciada, Estudante neurodivergente, Aprendizagem, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Avaliar significa fazer um julgamento, ou seja, aplicar um juízo de valor. A avaliação, desde os primórdios, foi aplicada como classificatória, como discriminatória ou como seletiva. O termo avaliação da aprendizagem indicava que o estudante devolvia na prova aquilo que tinha decorado ou aquilo que o professor tinha reforçado em sala de aula. Alguns autores como

¹ Pós-graduado em Psicologia Organizacional-UNICSUL, Especialista em Legal Tech- PUC-Minas, Especialista em Gestão de Pessoas-UNITEC, Bacharel em Direito-UNIDRUMMOND, Graduado em Recursos Humanos-UNIDRUMMOND, leoauricchio@hotmail.com;

² Doutora do Programa de Língua Portuguesa da PUC-SP, Membro do Grupo de Pesquisa Gelep PUCSP, Mestre em Educação-UNICID, Especialista em Psicopedagogia-UNINTER, Graduada em Pedagogia PUC-SP, Professora de Ensino Superior e Coordenadora Pedagógica de Inclusão do Externato NS do Sagrado Coração, roauricchio@yahoo.com.br;

Fernandes (2009), Freire (1996), Passarelli (2004), Santos Guerra (2007), trazem a concepção da avaliação como aprendizagem, ou seja, a favor da aprendizagem do estudante.

Vem à tona, neste contexto, a situação do estudante neurodivergente e a formação do professor, que, durante a pesquisa realizada, confessou não ter o preparo necessário para elaborar uma avaliação que atenda ao estudante neurodivergente. Participaram desta pesquisa cinco professores de escola privada e cinco de escola pública que ministram aulas no Ensino Médio na cidade de São Paulo-SP.

A fundamentação teórica referente à formação de professores se baseia em Alarcão (2009), Black (2018) e Luckesi (2011). Os objetivos desta pesquisa são: a) analisar as possibilidades de oferecer, orientações para a elaboração de provas, realmente, diferenciadas, de forma que atendam às necessidades de estudantes inclusivos, b) propor outros instrumentos avaliativos, que não seja a prova, mas que sejam eficazes no tocante ao aprendizado.

A metodologia será de cunho qualitativo e a entrevista semiestruturada será o instrumento usado para produzir os dados dos participantes. Uma oficina será elaborada para vinte professores e ao término dessa oficina, as avaliações confeccionadas serão aplicadas em dez estudantes neurodivergentes de uma escola pública da zona leste da cidade de São Paulo-SP.

A avaliação adaptada foi aplicada e os resultados foram cerca de 70% melhores do que os estudantes apresentavam nas avaliações anteriores. As questões foram respondidas com mais autonomia, demonstrando interesse e motivação. Os professores repensaram seu fazer pedagógico em relação a avaliação.

METODOLOGIA

A produção dos dados, neste artigo, teve como instrumentos de pesquisa, entrevistas semiestruturadas com dez professores de diferentes áreas do conhecimento de uma escola pública e de uma escola privada. Uma oficina foi elaborada para vinte professores e ao término dessa oficina, as avaliações confeccionadas foram aplicadas em dez estudantes neurodivergentes de uma escola pública da zona leste da cidade de São Paulo-SP.

Além disso, analisamos as avaliações cedidas por esses profissionais. A análise dos dados teve inspiração nos núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos de Aguiar e Ozella (2006) e nos estudos sobre análise de conteúdo de Bardin (2020).

As considerações do Comitê de Ética – PUC-SP sobre a pesquisa proposta foi que a exposição do projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo-se concluir que a proposta de pesquisa em tela, possui uma linha metodológica definida, base

da qual foi possível auferir conclusões consistentes e válidas. A aprovação do relatório deu-se em 30 de janeiro de 2025.

REFERENCIAL TEÓRICO

Avaliar é inerente ao ser humano. Há todo momento avaliamos e somos avaliados. Avaliar, no sentido de atribuir valor ou de fazer julgamento, acompanha o homem em seus contextos histórico e social. A avaliação, de modo geral, é um ato humano cotidiano realizado de forma até mesmo inconsciente. No dia a dia, avalia-se os filhos, o cônjuge, os amigos e os colegas de trabalho. Também nos avaliamos com o objetivo de estabelecer metas e aprender a lidar com os diversos problemas que aparecem ao longo da vida.

O termo avaliação não tem o mesmo significado porque há vários tipos de avaliação. A avaliação é uma constante em nossa vida. Oliveira (2007) afirma que nas interações cotidianas, em casa em nossa trajetória profissional, ou em nossas atividades de lazer, “a avaliação sempre se faz presente e inclui um julgamento de valor sobre nós mesmos e sobre o que estamos fazendo e também sobre o resultado de nossos trabalhos”. (p. 26)

Além desse contexto de avaliação no cotidiano, assevera Luckesi (2011) que a avaliação vai além do ato de planejar e de executar, já que contribui para o processo de uma ação intencionalmente planejada. O autor diferencia a ação espontânea, que é aquela que acontece por acontecer, que não tem planejamento e nem uma direção traçada, da ação intencionalmente planejada que tem um desejo claro da meta que se quer alcançar. “O ato avaliativo é uma ferramenta permanente na vida do ser humano e, por isso, é necessário que seja usado da melhor forma possível”. (p.118)

Considerando ainda a avaliação fora da escola, o conceito de avaliação evoluiu de forma concomitante com a história da humanidade. Ao ressaltar a historicidade da avaliação, percebe-se as diversas funções atribuídas a ela. Nessa perspectiva, há registros de episódios que evidenciam os primeiros esboços dos processos avaliativos na história antiga.

Com base em Black et al. (2018) do ponto de vista epistemológico, com base na vertente processual da avaliação em seu viés formativo, “adota como princípio estruturante a avaliação para a aprendizagem que a concebem como qualquer processo avaliativo que prioriza promover as aprendizagens dos estudantes” (p.156). Nesse sentido, segundo o autor, a avaliação para a aprendizagem difere das avaliações cujo foco primeiro é servir aos propósitos de responsabilização, de ranqueamento, para certificar competências ou reproduzir conteúdo.

Black et al. (2018) assevera que a avaliação “se torna uma “avaliação formativa” quando as evidências coletadas são, efetivamente, utilizadas para adaptar o trabalho do professor de modo a atender às necessidades dos estudantes (p.156)”. Se uma atividade avaliativa promover informações aos estudantes e, os professores puderem utilizar as informações como devolutivas

para avaliarem uns aos outros, essa atividade avaliativa pode auxiliar no processo de aprendizagem.

Professor e estudante devem estar engajados, para que haja modificação ou alteração nas atividades de ensino e de aprendizagem, para oportunizar um aprendizado significativo para ambos. A avaliação da aprendizagem, de acordo com Romão (2011, p. 106) “é um tipo de investigação e é, também, um processo de conscientização sobre a “cultura primeira” do educando, com suas potencialidades, seus limites, seus traços e seus ritmos específicos”. Desta forma, o educador tem a oportunidade de revisar seus procedimentos e de questionar sua maneira de analisar a ciência e de ver o mundo.

Defendemos, nesta pesquisa, a nomenclatura de avaliação como aprendizagem por acreditar que a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem e não como um instrumento de punição. A avaliação como aprendizagem deve ser contínua, ter como foco a ação e a reflexão tanto por parte dos professores como por parte dos estudantes.

O autor Santos Guerra (2007) utiliza o termo “avaliação como aprendizagem” e explica que a avaliação pode ser concebida como um fenômeno destinado à aprendizagem e não somente para comprovar a aquisição da aprendizagem. O professor, ao refletir sobre sua prática cotidiana, necessita verificar o objetivo da avaliação, quais os instrumentos que utilizará para avaliar os estudantes e se a avaliação está à serviço da aprendizagem.

Para auxiliar o professor, a formação continuada, para Imbernón (2009), é um fator importante de aprimoramento profissional. No entanto, há outros fatores relacionados às condições de trabalho (recursos materiais, salário, clima da escola, plano de carreira, entre outros fatores) que não podem ser desconsiderados.

Santos Guerra (2007), nesse sentido, afirma que a avaliação pode se converter numa plataforma de debate na formação continuada que auxilie a instituição a melhorar o ensino e a aprendizagem. Não deve ser uma prática que conduz ao individualismo e à competitividade. Em seus estudos, descreve doze princípios gerais da avaliação como aprendizagem.

O autor analisa a avaliação como um processo moral e não como um processo meramente técnico. Isso significa que é necessário saber a que valores a avaliação serve e a quem beneficia. A avaliação é um fenômeno moral e deve prevalecer a justiça porque tem repercussões relevantes na vida das pessoas (estudantes, docentes, gestores e famílias), da instituição e da sociedade.

O Santos Guerra (2007) ainda garante que a avaliação cumpre funções múltiplas. Numa perspectiva ética, essas funções, na maioria das vezes, precisam enriquecer o profissional e a instituição ao dialogar, ao compreender, ao aprender, ao aperfeiçoar Nessa direção, classificar, discriminar, competir, hierarquizar ... deveriam, na prática, não ter peso nenhum.

A avaliação deve estar contextualizada e levar em consideração as condições em que se produz a formação discente. A avaliação deve ser continua e realizada pelos agentes que

compartilham sua prática com os avaliados: professores, coordenadores, diretores, estudantes, inspetores, familiares, entre outros profissionais.

A avaliação torna-se mais justa e democrática quando a maioria dos envolvidos participam. Quanto maior a participação dos avaliados no processo da avaliação, mais potencialidades formativas serão oportunizadas. Deve haver um diálogo sincero e aberto entre avaliados e avaliadores se, realmente, a intenção for levar em consideração a participação de ambos para se obter uma possível mudança durante o processo.

Não se deve esquecer que nem tudo aquilo que o avaliado deixou de aprender é de sua responsabilidade. A instituição, o diretor, os governantes são os responsáveis por gerar normas e conceder os meios pelos quais a avaliação será aplicada. Nesse sentido, a responsabilidade passa a ser de todos os envolvidos no processo educacional. A avaliação precisa ter um caráter holístico, isso é, um caráter abrangente para não correr o risco de se transformar em um componente domesticador e falsificador da realidade.

De acordo com Santos Guerra (2007, p.21), apresenta a avaliação como um catalizador de todo o processo de ensino e de aprendizagem. A avaliação permite que se ponha em discussão as concepções sobre a sociedade e sobre a formação discente. O autor faz até uma paráfrase de um ditado bem conhecido. “Dize-me como fazes a avaliação e te direi que tipo de profissional (e até que tipo de pessoa) és”. A avaliação condiciona o processo de aprendizagem e o avaliado procura se adaptar aos critérios de avaliação. Essa circunstância pode levar o resultado da avaliação a ser mais relevante do que o próprio aprendizado.

É preciso que a instituição perceba que a docência é uma dimensão fundamental da prática profissional. Por isso, é imprescindível oferecer formação para os docentes que favoreça a participação do professor e a articulação da teoria com a prática.

Os professores precisam ter uma formação específica como docentes. A avaliação não é um processo elementar que consiste em perguntar o que os avaliados aprenderam. Essas simplificações, segundo Santos Guerra (2007), são reducionistas e interesseiras.

O autor, garante que a avaliação tem de servir à aprendizagem. A avaliação tem de ser utilizada para os objetivos de compreender e de aprender para que produza decisões de mudanças e não somente para medir e para classificar. Os avaliados, os avaliadores e a instituição podem aprender com a avaliação. A compreensão da avaliação pretende produzir decisões ou atos de mudanças. Quando se percebe por que erramos, podemos melhorar e, com isso, podemos aprender.

As mudanças devem ser efetivadas após a compreensão das falhas no processo avaliativo pelos profissionais que as praticam e não por meio de prescrições da hierarquia. Dessa forma, é possível que se consiga mudanças profundas que representam às necessidades dos estudantes.

A avaliação como um ato individualista, de acordo com o autor, se torna perigosa duplamente. Primeiro porque cada professor tem seus critérios, suas concepções e suas atitudes

e, quando o professor aplica a avaliação sem compartilhar seu processo, o resultado, na maioria das vezes, é que nem o professor aprende e nem os outros professores melhoram. Segundo porque quando o estudante tem de enfrentar a avaliação sozinho, passa a ter a certeza de que o resultado da atividade avaliativa depende somente dele.

Nessa situação, os colegas do estudante se transformam em competidores. Dessa maneira, o estudante pretende ser o melhor e não se preocupa em dar o melhor de si. A competitividade bloqueia a aprendizagem compartilhada e estimula o individualismo e a vontade de vencer a qualquer preço.

Fernandes (2013) relata o envolvimento de diferentes instituições quando a discussão é a avaliação. Ao considerar a avaliação um processo social, o autor destaca como fator complexificador do processo avaliativo o peso que a avaliação tem na vida dos indivíduos e nos seus papéis sociais no contexto escolar, em que estão em jogo suas práticas e seus valores pessoais.

Para que os estudantes compreendam os benefícios da avaliação, essa requer ser aplicada com coerência e profissionalismo pelos professores e pela instituição. A avaliação não precisa ser vista como um instrumento de controle, mas como uma ferramenta que leva à aprendizagem.

Além de trabalhar, em sala de aula, com instrumentos avaliativos diferenciados é necessário que o professor e o estudante estejam conectados de forma a valorizar o ensino, a avaliação e a aprendizagem de ambos, para uma possível reflexão que resultará em uma ação educacional significativa.

O caráter de produção de conhecimento de natureza investigativa, de acordo com Alarcão (2013), foi o eixo central do longo do processo, por se entender que o ganho principal estaria na produção de conhecimento passível de ser mobilizado para enriquecer esta e futuras situações em que a avaliação tivesse eficácia formativa.

Passarelli (2004) afirma sobre a avaliação formativa que “A avaliação é um recurso metodológico que auxilia o professor a organizar seu trabalho, para reorientar-se quanto ao processo de ensino-aprendizagem”. (p.171)

Os professores escrevem sobre a aplicação das atividades práticas para diferenciar sua avaliação da avaliação tradicional, somente por meio de provas. Pretendem diversificar os instrumentos para motivar os estudantes e promover a aprendizagem.

Freire (1986) elucida sobre a formação moral do educando que “Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar”. (p. 34-35)

A oficina para a elaboração de provas adaptadas foi elaborada por dez professores, cinco professores da escola pública e cinco professores da escola privada. A oficina foi desenvolvida com a participação de vinte professores. Ao término dessa oficina, as avaliações confeccionadas

foram aplicadas em dez estudantes neurodivergentes de uma escola pública da zona leste da cidade de São Paulo-SP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram cerca de 70% melhores do que os estudantes apresentavam nas avaliações anteriores. Alguns cuidados auxiliaram os estudantes para obter sucesso em sua atividade avaliativa. Enunciados mais claros e precisos, destaque em **negrito** nos pontos relevantes para chamar a atenção dos estudantes, aumentar a fonte e o espaçamento das questões, aplicação em ambiente tranquilo e sem muitos estímulos.

As questões foram respondidas com mais autonomia, demonstrando interesse e motivação. Os professores perceberam que é possível que o estudante neurodivergente realize uma avaliação muito próxima dos demais estudantes da sala.

Os professores conheceram os instrumentos avaliativos diferentes e tiveram o acesso à tecnologia que pode e deve servir ao aprendizado na escola e, conseqüentemente, na sala de aula. Durante a oficina, os professores puderam utilizar a Inteligência Artificial para elaborar atividades e uma prova adaptada.

Os professores formaram uma roda para debater e repensar seu fazer pedagógico em relação a avaliação. Repensar que as provas adaptadas podem auxiliar os estudantes com diferentes laudos e que cada estudante é único e merecem uma avaliação que seja coerente e que atenda sua deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar uma avaliação não é tarefa fácil. A escolha dos instrumentos avaliativos deve seguir objetivos e critérios determinados pelo professor. É neste momento de elaboração da avaliação, que o professor define se sua avaliação tem o caráter formativo ou somativo.

Devido a isso, o professor precisa ser o autor de sua prática docente e ter em mente seus educandos; vislumbrar as habilidades, as competências, as questões sócioemocionais e os valores embutidos em cada instrumento. A produção de dados foi efetivada mediante a entrevista semiestruturada, ao questionário e à coleta das provas elaboradas pelos professores participantes da pesquisa.

Os professores foram resilientes em entregar suas provas sem receio de críticas ou observações. Compreenderam, talvez, que a proposta não era a de julgar ou censurar os

exercícios propostos, mas de observar, analisar e auxiliar o professor para que, o instrumento prova, não se torne punitivo.

Percebe-se que a avaliação é necessária para saber até que ponto se está no caminho certo ou se é preciso ajustar as trajetórias. Na educação, a avaliação é concebida e essencial em seus tipos: diagnóstica, formativa, somativa e classificatória. Um tipo de avaliação não exclui o outro.

O primordial é elaborar uma avaliação que atenda às necessidades dos estudantes. Quando se fala em avaliação não se resume à prova e sim há diversos instrumentos avaliativos que podem ser utilizados pelo professor. Os estudantes precisam ser autônomos e participantes ativos da execução das atividades avaliativas, sejam elas: trabalho de pesquisa, exercícios, seminários, oficinas, relatório entre outros.

A avaliação classificatória assusta um pouco devido ao seu caráter excludente, porém necessário. Em atividades como: concursos, vestibulares, olimpíadas acadêmicas, elas são utilizadas com critérios pré-definidos nos quais os estudantes tomam ciência antes da prova.

Estamos caminhando para a avaliação como aprendizagem. Os professores estão percebendo que a aprendizagem é um processo em constante construção, que o professor é o mediador dessa aprendizagem e não o detentor do saber.

A formação continuada para o professor, pode auxiliá-lo a sair da zona de conforto e utilizar instrumentos e estratégias mais tecnológicas como a inteligência artificial, as metodologias ativas, visitas aos espaços museais, teatros e oficinas de cultura.

Nós, pedagogos, gostamos muito de falar sobre a Educação além dos muros da escola, agora é o momento de, realmente, realizar o que sempre pareceu utópico ou falácia dos estudiosos da Educação.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Supervisão e colaboração** – Uma relação para o desenvolvimento. Porto: Porto Editora, 2013.

BLACK, Paul. et al. **Trabalhando por dentro da caixa preta:** avaliação para a aprendizagem na sala de aula. Cadernos Cenpec-Nova série. São Paulo, v. 8, n. 2, jul. /dez. 2018.

FERNANDES, Domingos. **Avaliar para aprender:** Fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: UNESP, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.



IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado:** novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem:** componente do ato pedagógico. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, E. D. **Formação de professores em avaliação da aprendizagem:** o processo de formação inicial em debate. São Paulo: Cortez, 2007.

PASSARELLI, Lílían Ghiuro. **Ensinando a escrita:** o processual e o lúdico. São Paulo: Cortez, 2004 p. 11-16.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica:** desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS GUERRA, Miguel Ángel. **Uma flecha no alvo:** a avaliação como aprendizagem. São Paulo: Loyola, 2007.